



INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

# LINHAVIVA

Nº 1333 - 13 de outubro de 2016



# Nenhum DIREITO A MENOS

*CNE inicia no Rio de Janeiro uma serie de atos e protestos contra o desmonte, a privatização e a retirada de direitos dos trabalhadores*



*Começa a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho da Engie*

*Adiada a admissão de concursados na Eletrosul*

*Mais um comunicado desastroso da Diretoria da Celesc*

*ACT 2016/17 dos trabalhadores da Celesc é assinado*



# Nenhum DIREITO A MENOS

*CNE inicia no Rio de Janeiro uma série de atos e protestos contra o desmonte, a privatização e a retirada de direitos dos trabalhadores*

No dia 11 de outubro, ocorreu o primeiro de uma série de atos que o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) pretende realizar nas sedes de algumas das maiores empresas do Grupo Eletrobras durante os meses de outubro e novembro. O primeiro ato foi realizado na frente da Eletrobras no Rio de Janeiro, e contou com a participação de representantes da maioria das entidades que compõem o CNE que se deslocaram de todas as regiões do país. Também se solidarizaram com o movimento dos eletricitários, diversas outras organizações sindicais e movimentos sociais. Os trabalhadores da Holding Eletrobras ouviram de todas as lideranças sindicais e dos movimentos sociais, um alerta para a série de ameaças que rondam os trabalhadores a partir de uma política de desmonte e privatização das empresas públicas que vem sendo alardeada por um governo sem legitimidade, acompanhada de uma série de propostas de supostas reformas que vem no sentido único

de reduzir postos de trabalho e retirar direitos, seja na área da previdenciária, seja na legislação trabalhista. Resta aos trabalhadores assumir seu papel no combate a estas políticas e na defesa dos seus direitos. O próximo ato a ser realizada de acordo com a programação do CNE, será em Florianópolis, na Sede da Eletrosul no dia 18 de outubro e também contará com a participação de integrantes de todo o CNE e de outros movimentos sociais organizados. O objetivo dos atos programados também para ocorrer posteriormente na Chesf e na Eletronorte é aglutinar as forças dos trabalhadores de todo o Brasil e unificar as lutas em conjunto com outros setores da sociedade em torno da defesa das empresas, dos empregos, salários, aposentadoria digna, enfim como diz o principal "slogan" da campanha...**NENHUM DIREITO A MENOS!**  
Trabalhadores da Eletrosul, todos juntos dia 18 de setembro!

**Os trabalhadores da Holding Eletrobras ouviram de todas as lideranças sindicais e dos movimentos sociais, um alerta para a série de ameaças que rondam os trabalhadores a partir de uma política de desmonte e privatização das empresas públicas**

ENGIE

## COMEÇA A NEGOCIAÇÃO DO ACT NA ENGIE

*Primeira rodada é nesta quinta-feira*

Acontece nessa quinta-feira, 06/10/16, a primeira rodada de negociação de Data Base dos/as empregados/as da ENGIE. A Pauta de Reivindicações, em anexo, resultado das discussões nas assembleias e que foram sistematizadas e aprovadas na Plenária, foi protocolada em reunião com a empresa que aconteceu no dia 23/09. Entre a data de entrega da Pauta e a data da primeira reunião de negociação passaram-se 44 dias, tempo mais que suficiente, no entendimento da INTERSUL, para que a empresa já apresente respostas efetivas para todas as cláusulas reivindicadas. Este ano a negociação será coordenada pelo dirigente sindical do STIEEL Zeloir Guimarães. O STIEEL é sediado em Lages, tendo como base toda a região Oeste de SC, incluindo os/as empregados/as das Usinas de Lages (UCLA) e de Machadinho (UHMA). Por deliberação da Intersul, o STIEEL atende ainda as Usinas de Salto Santiago (UHSS) e Salto Osório.

ELETROSUL

## ADIADA ADMISSÃO DE CONCURSADOS

*Contratações deveriam recompor equipes que estão sobrecarregadas*

Os novos empregados da Eletrosul, que estavam com posse marcada para os dias 03 e 10/10 foram surpreendidos com o adiamento de sua admissão. Os sindicatos tem recebido inúmeras ligações telefônicas desses futuros trabalhadores, que estão preocupados com a demora e precisam de uma resposta. Sabe-se que todos eles, para assumirem nas diferentes áreas da Eletrosul, precisaram se desincompatibilizar com seus empregos e muitos deles já alugaram casa e movimentaram suas famílias. A contratação desse novos empregados é uma reivindicação de longa data da Intersul, pois irá recompor as equipes que hoje estão incompletas e sobrecarregadas, e decorre de TAC firmado com o MPT. A Intersul posicionou-se, desde o final do mês de setembro, contrária à intenção da empresa de incluir esses novos empregados obrigatoriamente no plano de saúde

Elosaúde, o que contraria norma de gestão decorrente do ACT. Essa posição foi reforçada em reunião e formalizada nesta segunda-feira à Diretoria Administrativa. Não conseguimos encontrar justificativa plausível para esse adiamento, que é única e exclusiva responsabilidade da Diretoria da Eletrosul. Esperamos que a Eletrosul resolva rapidamente esta situação, visto que o impasse foi criado por sua própria Diretoria. Não vamos aceitar novamente a discriminação de trabalhadores, que no passado gerou a existência de duas categorias de empregados, e que demandou muita luta através dos sindicatos, para uniformização dos direitos e benefícios. Queremos a Eletrosul forte, suas equipes completas para continuar prestando o excelente atendimento à sociedade, como é de nossa história. Queremos todos os empregados com os mesmos direitos e benefícios!

CELESC

## MAIS UMA VEZ, UM COMUNICADO DESASTROSO

*Novamente comunicado da Diretoria da Celesc apresenta apenas parte da verdade*

Durante as negociações do Acordo Coletivo de Trabalho 2016/17 e da Participação dos Lucros e Resultados 2016 os comunicados enviados pela Diretoria da empresa aos trabalhadores cumpriram um deprimente papel: desinformar e confundir os celesquianos. Não foi só a péssima proposta apresentada durante as negociações do ACT levou a categoria ao movimento de greve após 15 anos. Essa postura da diretoria de distorcer a realidade divulgando meias verdades também esgotou a paciência dos trabalhadores e foi um dos motivadores do movimento grevista. Agora, após 10 dias de grande mobilização, a Diretoria novamente encaminha um comunicado desastroso. Tentando se defender de um e-mail que circula pela Celesc, a diretoria atira para todos os lados, sem acertar em nenhum alvo. Mas é impossível não comentar informações erradas e posições políticas lamentáveis expostas nesta "resposta".

Ao falar da PLR a diretoria novamente tenta comparar a participação nos lucros dos trabalhadores com a dos diretores,

afirmando que, sem o mínimo, os ganhos poderiam ser maiores. A Intercel já comentou esta mentira. A verdade é que a Diretoria propôs uma indenização deste direito histórico impondo grandes perdas e cobrando dos trabalhadores todos os encargos. Além disso, a PLR baseada apenas no lucro também não é justa, uma vez que os resultados operacionais - fruto do empenho dos trabalhadores - também são importantes para as metas da concessão. A "novidade" é que, agora, a Diretoria Colegiada se assume elitista na discussão da PLR. Ao negar a distribuição 100% linear, os diretores justificam dizendo que esta "gera grande desmotivação aos empregados por não se sentirem recompensados devidamente por seus esforços, reflexo percebido principalmente no corpo estratégico". Ou seja, a Diretoria assume que quer pagar mais PLR para as chefias. Mas uma conta não fecha: onde está o descontentamento com a linearidade, se todas as assembleias reivindicam o 100%? A resposta é simples: está na cabeça dos diretores, que não reco-

nhecem a importância dos trabalhadores e mantém a ideia ultrapassada de que, quem dá resultado são as chefias. Aliás, no início do ano o Diagnóstico das regionais deixou claro também a preocupação dos trabalhadores com a falta de capacidade do "corpo estratégico" da empresa. Esse mesmo corpo "desmotivado" por não ser reconhecido com uma PLR diferenciada... Outro ponto levantado no comunicado deixa claro como a empresa tem caminhado para aprofundar a diferenciação entre os trabalhadores e as chefias: apesar de ser realmente necessária a moralização da periculosidade, a própria empresa não cumpre o que prega para os trabalhadores. Várias denúncias tem chegado de pagamento de periculosidade para chefes de agência. Ou seja, pagamento de periculosidade para quem não se expõe à riscos e ainda ganha uma polpuda gratificação. Esta denúncia será encaminhada aos órgãos competentes. E quanto aos comunicados da Diretoria, o que antes já alertamos permanece: não confiem neles!

CELESC

## ACT 2016/17 É ASSINADO

*Intercel e diretoria assinam acordo dos trabalhadores da Celesc*



Os sindicatos que compõem a Intercel assinaram nesta terça-feira, dia 11 de outubro, o Acordo Coletivo de Trabalho 2016/17 dos trabalhadores da Celesc. Em reunião realizada na Administração Central com a o Diretor de Gestão Nelson Santiago, os dirigentes sindicais ressaltaram que a assinatura do acordo é o final de um processo de união da categoria eletricitária. A consolidação do ACT se deu após intensa luta dos ce-

lesquianos em defesa de seus direitos, enfrentando 10 dias de greve nos portões da empresa. O movimento grevista, que aconteceu após 15 anos da última greve dos trabalhadores da Celesc deu mostras de força e responsabilidade da categoria com o atendimento à população catarinense, tendo sido elogiado pela procuradora do Ministério Público do Trabalho (MPT) Cinara Graeff, responsável pela mediação que levou ao fechamento do ACT.

## CUTUCADAS

*A Celesc anunciou que está contratando uma empresa no valor de R\$ 14 milhões para fiscalizar fraude, furtos, perdas técnicas nos consumidores domiciliares. Isto soa quase como um deboche para os técnicos da empresa. O representante dos trabalhadores no Conselho de Administração, Leandro Nunes, já expressou a discordância dos empregados nesta solução milionária. Entende que mais vale a empresa reforçar suas equipes de fiscalização com a contratação de mais técnicos. Vale lembrar que recentemente a própria empresa divulgou o resultado de 6 meses de fiscalização na Grande Florianópolis: 800 unidades consumidoras com irregularidades. Quanto será que isto significou em termos de economia ou retorno financeiro para a empresa? Também divulgado pela empresa é a aquisição de uma sonda de metrologia óptica que facilita e torna a fiscalização mais rápida e eficiente. Quem ganha com este novo contrato da Celesc?*

*Roda pelas redes sociais e whatsapp's um vídeo denunciando a utilização da Celesc em campanha política. Um chefe de regional é acusado de utilizar veículo da empresa e falar em nome da Celesc em um comício. É preciso apurar os fatos e, caso comprovado, punir os envolvidos. Código de Ética e Política Anticorrupção não podem ser apenas dois caderninhos bonitos. Precisam ser cumpridas.*

**Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina**  
 Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489)  
 Conselho Editorial: Maria Jorge Maia  
 Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 | (047) 3028-2161  
 E-mail: [sindsc@terra.com.br](mailto:sindsc@terra.com.br)  
 As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

# Austeridade e RETROCESSO

## Economistas propõem alternativa à PEC 241

Desde o final de 2014 a sociedade brasileira vem sendo coagida a acreditar que não há alternativa ao suicídio, exceto o juízo final diante dos mercados. A austeridade fiscal, rebatizada sugestivamente de 'austericídio' no continente europeu, onde vigora há mais tempo e com resultados sabidos, tem sido prescrita aqui para um metabolismo econômico de sinais vitais declinantes.

A partir do golpe parlamentar de 31 de agosto, a dose transmutou-se em purga radical.

Indiferente à perda de pulso do doente espremido entre a conjura conservadora e o esgotamento de um ciclo de desenvolvimento, os científicos da austeridade cobram rigor redobrado na terapia. Prescreve-se, entre outras coisas, 20 anos de coma induzido através da PEC 241, a PEC da Maldade, que atinge o coração da Constituição Cidadã de 1988, lancetando qualquer espaço de ganho real para o guarda-chuva de direitos, inscritos na Carta que completou 28 anos.

Ao contrário de reagir, a nação deriva.

Diagnósticos equivocados e argumentos falaciosos buscam na verdade subordinar a sociedade, definitiva e permanente, à supremacia da lógica rentista. O resultado é a imposição de um outro projeto de país, que rasga princípios e valores pactuados na Assembleia Constituinte de 1987, sem a consulta à cidadania diretamente atingida pelo desmanche ardiloso da Carta Cidadã.

O documento "Austeridade e Retrocesso: Finanças Públicas e Política Fiscal no Brasil", de iniciativa do GT de Macro da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), Fórum 21, Fundação Friedrich Ebert e Plataforma Política Social apresenta uma análise aprofundada dessa encruzilhada. Nele, o desafio fiscal é dissecado, apontando-se seus problemas reais, denunciando-se as falácias e mitos que sustentam um discurso supostamente 'técnico', na verdade atrelado a interesses políticos.

Essa análise é o produto de um trabalho coletivo de dezenas dos melhores economistas do país.

Sua primeira seção intitulada 'Superávit primário: a insensatez conduz a política fiscal' trata do papel da política fiscal no crescimento, bem como dos efeitos perversos da austeridade sobre a atividade econômica, ademais das lacunas do regime fiscal brasileiro e das alternativas para a sua reforma. A seção 2, 'Dívida pública e a gestão macroeconômica', trata inicialmente das consequências econômicas da dívida pública e dos mitos que a envolvem. Mostra ainda a evolução recente da dívida líquida e da bruta no país, apontando seus determinantes e desmistificando a ideia de que o superávit primário é a variável central para controle da dívida, como propõe a PEC da Maldade. Já a seção 3, intitulada 'Gasto público e o perigoso caminho da austeridade', aborda a evolução do gasto público no Brasil; inclui-se aqui uma retrospectiva da histórica econômica recente do país tendo a questão fiscal como foco. Por fim, a seção 4, 'Reforma tributária progressiva: uma agenda negligenciada', aponta os principais problemas da injusta carga tributária brasileira, elenca alternativas para o financiamento do Estado Social no Brasil, e apresenta uma proposta de reforma tributária centrada na taxação da distribuição de lucros e dividendos, dentre outras mudanças necessárias na atual estrutura complexa e injusta.

Espera-se que esta leitura amplie o discernimento da grave transição de ciclo de desenvolvimento vivida pelo país. Superá-la requer, antes de mais nada, desnudar interesses poderosos que embora se avoquem os de toda a sociedade, representam uma minoria dos cidadãos e cidadãs cujo trabalho, verdadeiramente, constrói a nação.

O documento está disponível no site <http://plataformapoliticasocial.com.br/austeridade-e-retrocesso/>

